



REPÚBLICA DE ANGOLA

**ASSEMBLEIA NACIONAL**



**GABINETE DO PRESIDENTE**

## DECLARAÇÃO POLÍTICA

### DEBATE NA GENERALIDADE DO OGE PARA 2019

14.11.2019

#### 1. Ponto Prévio número 1:

O *Orçamento de Estado* é uma lei da Assembleia Nacional (AN) resultante da Proposta de Lei do governo, que contém uma previsão de todas as receitas e de despesas do Estado, autorizadas pela AN para o período de um ano civil. É um documento que tem importante dimensão económica, jurídica e política, pois traduz, do ponto de vista prático, as prioridades políticas do Governo. O debate sobre o OGE é o mais importante debate do Parlamento e do país, por isso mesmo, não deve ser analisado e discutido as pressas tal como se tem verificado. É inconcebível que um documento tão extenso e importante como esse tenha dado entrada no último dia de Outubro e em menos de 10 dias úteis temos a discussão e votação do OGE na generalidade. Estes 10 dias foram preenchidos com o agendamento de outras iniciativas e ocuparam inclusive a semana destinada ao trabalho de preparação dos Grupos Parlamentares! Fica-se com a ideia que nos pretendiam distrair dos conteúdos apresentados!

## Ponto Prévio Número 2:

As estatísticas macroeconómicas de Angola são por vezes duvidosas e a grande prova disso são as inconsistências detectadas ao nível da principal variável macroeconómica, o PIB. Um PIB errado torna errado os pressupostos macroeconómicos do país e o Orçamento de Estado fica comprometido. Ocorre que com os dados do Governo as teorias económicas simplesmente deixam de fazer sentido. Em 2015, por exemplo, tivemos uma recessão económica acentuada configurando o que os economistas intitulam *de depressão económica*<sup>1</sup>, tendo o governo indicado, para o mesmo ano, uma taxa de crescimento real positiva na ordem de 3%. Para 2019, por exemplo, o Governo prevê uma taxa de crescimento económico positiva de 2,8% quando o gap/diferença entre a taxa crescimento nominal do PIB e a taxa de inflação é de 8,4%, ou seja, o crescimento real para 2019 teria que ser uma taxa absurda na ordem dos 8%, isso de acordo com a teoria económica, mas que tem sido contrariada pelos dados do Governo.

Desempenho Macroeconómico entre 2015 a 2019 Vs. Inconsistência das Estatísticas					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa Cresc. PIB Real (%)	3,0	2,6	-0,1	-1,1	2,8
Taxa Cresc. PIB Nominal (%)	-1,14	35,24	21,6	39,2	23,4
Inflação (CPI)	14,3	42,0	23,7	18,0	15,0
PIB nominal (em biliões de kwanzas)	12,3	16,7	20,3	28,2	34,8
Gap entre Cresc. Nominal e Inflação (%)	-15,4	-6,8	-2,1	21,2	8,4

Fonte: Elaboração e cálculos próprio a partir de dados orçamentais.

### 1. Enquadramento Geral e Análise

Não constitui tese alguma afirmar que a economia angolana é exacerbadamente dependente do exterior por via do petróleo que representa, em média, cerca de 98% das exportações do país. Entre 2002 e 2017, o valor acumulado das exportações petrolíferas ascende os 600 mil milhões de dólares e o valor das receitas fiscais petrolíferas ascende os 400 mil milhões de dólares. No nosso caso, estas verbas monstruosas não serviram para reconstruir nem construir o país, não serviram para industrializar a economia, não serviram para diversificar as exportações, não serviram para gerar poupança pública para assegurar o país em momentos de crise expectáveis como este que se vive hoje. Houve um completo assalto das finanças públicas conjugado com a má governação e que coloca o país numa situação de retrocesso ou perda dos ganhos que tinham sido causados pelos efeitos positivos naturais do boom económico causado pelo petróleo há poucos anos atrás.

A crise económica continua, as famílias e as empresas do sector real são as grandes vítimas, as reformas económicas estruturais continuam a ser adiadas. O Governo está a ampliar os riscos da economia aos choques petrolíferos, ao invés de fazer o inverso. O Governo tem a cultura de apossar-se de méritos que não são seus e de desculpar-se de erros por ele cometidos. Explico: é bem sabido que quando ocorre um choque petrolífero positivo (aumento significativo do preço) a economia vive, embora de forma não sustentável, um momento de conforto que se traduz no seguinte: reservas internacionais líquidas altas, valorização artificial do kwanza, queda artificial da inflação para 1 dígito, queda artificial das taxas de juro do mercado, aumento artificial do poder de compra das famílias, superavit orçamental, florescimento de um sector empresarial dedicado à



importação-venda de bens e serviços ao Estado e a morte do sector não petrolífero produtivo;

Porém, quando ocorre um choque petrolífero negativo (baixa significativa do preço do petróleo) a economia angolana vive exactamente o oposto de tudo quanto foi referido acima: baixo nível de reservas internacionais líquidas, desvalorização do kwanza (busca do seu valor real), inflação galopante (2 a 3 dígitos), taxas de juro elevadas ou proibitivas para o investimento o consumo, queda estrepitosa do poder de compra das famílias, deficits orçamentais, enfraquecimento e redução (via falência) do sector empresarial dedicado a importação-venda de bens e serviços ao Estado e intensificação dos discursos a favor do sector não petrolífero produtivo, geralmente banalizado pela célebre frase: precisamos diversificar a economia.

No primeiro caso de choque adverso (positivo) o Governo diz que é graças ao seu esforço, particularmente por causa do empenho do seu titular (o Senhor Presidente da República). No segundo caso de choque adverso (negativo) o Governo diz que é por culpa do petróleo, o preço do petróleo é fixado nos mercados internacionais e assim sendo o Governo não deve ser responsabilizado!

Uma vez que o preço de referência do Orçamento 2018 é 50 dólares e o preço surpreendeu em alta (acima dos 70 dólares), a nova previsão é de se fechar o ano com um superavit na ordem de 603, 4 milhões de dólares, extraordinário para um Orçamento que previa deficit. O mérito é do petróleo (choque adverso positivo) conforme os dados demonstram. É deselegante o Governo afirmar que o superavit sinaliza a eficácia do PEM (Programa de Estabilização Macroeconómica).

Para 2019, a previsão de um superavit na ordem de 1,5 mil milhões de dólares (duas vezes superior ao de 2018) é também explicada pela previsão do Governo de preço alto para o barril de petróleo. Pondo de parte a componente financeira do Orçamento o OGE 2019 prevê receitas na ordem de 22 mil milhões de dólares e despesas na ordem de 20 mil milhões de dólares. O preço médio de referência para o barril no OGE2019 é de 68 dólares. O risco de uma revisão orçamental face à um eventual abaixamento do preço é muito forte! Este risco é reforçado pela tendência de crescimento da despesa pública e pela quebra da produção (hoje apenas na vizinhança dos 1,5 milhões de barris dia).

O Governo deveria saber que a melhor consolidação fiscal/orçamental é aquela que consiste na diminuição da despesa pública, mas salvaguardando o sector social e os investimentos públicos de qualidade. A consolidação orçamental por via de aumento de impostos e ainda por cima aumento de despesas aprofunda a recessão económica e empurra o país para níveis de endividamento insustentáveis, infelizmente esta é que tem sido a orientação do Governo.

Superavits orçamentais são importantes! À guisa de exemplo, mantendo a previsão de receitas da Proposta de Orçamento 2019, se o Governo trabalhasse com as despesas do Orçamento 2018 aprovadas no Parlamento, a previsão de poupança para 2019 estaria na vizinhança de 4 mil milhões de dólares, seria um recurso bilionário próprio e evidentemente sem juros adicionais para o país, muito acima do montante conseguido no último Eurobond e muito mais virtuoso que o negócio das linhas de crédito que nos têm prejudicado há quase duas décadas. O financiamento por via de linhas de crédito bilateral que o Governo tem



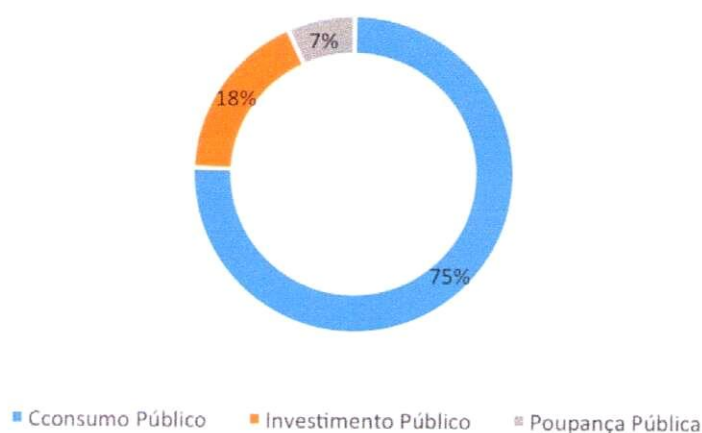
levado a cabo é uma receita para promover as indústrias e emprego dos países credores à custa da nossa indústria e emprego.

O OGE 2018 vem revelar um dado de extrema preocupação e que leva a questionar se o Governo actual tem mesmo o objectivo de maximizar o bem-estar social, tal como se deveria esperar de um Governo normal?! O superavit orçamental ou simplesmente poupança pública é um dinheiro pertencente aos contribuintes! Assim sendo, o governo pretende utilizar os cerca de 1,5 mil milhões de dólares de excedente previsto no OGE 2019 na compra de activos financeiros em Angola!!! Que activos financeiros são esses e que não estão sequer explicitados? É para continuar a alimentar os vícios que levaram o país a falência e que muitos deles tiveram o BPC e outros bancos como canal de repartição do dinheiro de todos os angolanos entre pequenos grupos ligados ao partido no poder?

Será que os eleitores e os contribuintes no geral esperam isso do titular de um Governo? Quem atribuiu essa missão ao Governo e ao seu Chefe? Quem disse que em economia de mercado o papel do Governo é comprar activos financeiros? Mais grave ainda, é que o que Governo não quer ficar apenas pela 'transferência' dos 1,5 mil milhões aos privilegiados, uma vez que a compra de activos será de cerca de 1,8 mil milhões de dólares! Quer dizer que ainda recorrerá ao endividamento! Isso explica bem como é que os vários superavits que o país foi acumulando durante os vários anos de crescimento económico desapareceram e a crise que afecta as famílias e as empresas tornou-se mais severa do que deveria. Trata-se de uma alocação que deve ser imediatamente anulada em nome do bem comum, da justiça, da transparência e da democracia. Também é importante referir que o montante que o Governo quer destinar aos activos financeiros é equivalente à todo o valor atribuído para a educação!

- Partilho aqui outros indicadores, muito graves, para que os angolanos melhor acompanhem a razão do seu sofrimento. Quanto tem custado ao bolso dos angolanos o resgate de alguns bancos? E quem têm sido os beneficiários dos empréstimos (não pagos) concedidos por estes bancos? O resgate do BPC já custou a todos nós 603 mil milhões de Kzs; o resgate do BESA considerando intervenções do BNA e da Sonangol, totaliza 439,2 Mil Milhões de kzs; o BANC já custou aos cofres do Estado 25,1 Mil milhões de Kzs; o total atinge a extraordinária soma de 1.067,3 mil milhões de kzs! Quem são os beneficiários dos empréstimos , não pagos, do BPC e do BESA? A elite do partido no poder! Financiaram as fortunas que dominam financeiramente este país e agora preparam-se para comprar as empresas públicas! Não podemos permitir a continuidade deste intrincado jogo de interesses, com consequências graves sobre o empobrecimento do país!

Outro Ângulo da Repartição Orçamental



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Proposta Orçamental 2019.

No geral, que Orçamento se propõe para 2019? Mais uma vez se excluirmos a parte financeira da Proposta Orçamental, o Governo pretende destinar 75,5% do Orçamento ao consumo, 17,7% ao investimento público e 6,8% a poupança que, conforme já foi dito mais acima, será destinada a compra de activos financeiros como forma de beneficiar pequenos grupos de interesse privado. Será isso um bom Orçamento?

A presente proposta de OGE, como as demais, sistematicamente viola os princípios da unidade, universalidade e da publicidade, por falta de informação quanto à identificação de todas as pessoas que beneficiam de receitas públicas (artigo 1º da Lei – Quadro do OGE), especialmente na administração indirecta com funções administrativas ou de regulação. Simplesmente inexistem do ponto de vista orçamental. Igualmente se passa com as instituições de utilidade pública que beneficiam de financiamento público!

## **2. A Inércia Governamental...**

Qual é afinal o papel do Estado na economia? Como pode o Governo contrariar a prolongada recessão económica que o país vive desde 2016? Nota-se que o Governo não tem nenhum instrumento de influenciar positivamente a economia, pois, a economia está a mercê e cada vez mais do petróleo, prova disso é o facto de as receitas tributárias não petrolíferas serem muito residuais (hoje servem apenas ou para pagar os salários da



função pública, ou para pagar os juros de 2019, nada por aí além), prova disso é o deficit não petrolífero ter atingido em 2019 um valor monumental de 15,3 mil milhões de dólares, prova disso é o Governo ter previsto um crescimento económico de cerca de 5% no início de 2018 e a nova previsão do mesmo Governo para 2018 ser um crescimento abaixo de zero, isto é, uma nova recessão em 2018 (crescimento negativo de 1,1%).

### **3. Prioridades do Governo 2019**

A principal prioridade do Governo continuará a ser o serviço da dívida pública com 48,2% dos 11.355.138.000 000 Kzs (onze biliões e trezentos e cinquenta e cinco mil milhões de Kwanzas). Houve uma ligeira redução do peso do serviço da dívida na ordem de 4 pontos percentuais, face a 2018. Esta ligeira redução é motivada pela queda das amortizações em 2019, mas que os juros atingiram um valor histórico de 1,6 biliões de kwanzas, um montante praticamente igual a toda a remuneração da função pública ou ainda igual a toda a receita fiscal não petrolífera! O Orçamento do país continua a priorizar os credores em prejuízo dos contribuintes. Se Angola continuar com o actual ritmo de endividamento e que o Presidente João Lourenço orgulhosamente chama de Diplomacia Económica, certamente que o problema do serviço da dívida irá prevalecer por muitos anos.

Presidente da República afirmar a importância da fiscalização da Assembleia Nacional. Mas estes discursos na prática traduzem-se em acções contrárias:

- . o Acórdão do Tribunal Constitucional que reduz o poder fiscalizar da Assembleia, continua a não estar revogado!
- . A lei do OGE de 2018, no seu projecto original, continha cortes destinados aos deputados, aos membros do governo e aos magistrados. Muito bem! Temos todos de apertar o cinto, para a diminuição das despesas, perante a grave crise! Acontece que permitimos a saída dos magistrados desta lista, para permitir melhorias de condições de trabalho àquela tão importante classe! Entretanto, vimos o senhor Presidente assinar um Despacho, no 1º semestre deste ano a atribuir a toda a escala do governo, dos ministros aos administradores municipais, regalias que a lei do Orçamento tinha cortado!
- . Mais de um ano depois do início da legislatura, há deputados sem mobilidade para executar a fiscalização à governação! Este facto acarreta despesa ao Estado e imensos riscos à soberania, porque nada mais perigoso do que governar sem fiscalização!
- . A estas decisões se juntam o impedimento da realização das CPI's solicitadas pelo Grupo Parlamentar da UNITA, com consequências sobre as opções económicas e macroeconómicas. A CPI's ao BESA, à Sonangol, ao Fundo Soberano e à Dívida Pública, continuam engavetados, por decisões políticas, mesmo perante a afirmação da Sra Secretária de Estado do Tesouro, de que 25% da dívida pública ser falsa! Portanto a dar-nos razão!
- . Os grupos Parlamentares têm vivido a acumulação extraordinária de incumprimentos orçamentais, que põem em causa o cumprimento do mandato! O Governo está a governar, e a Assembleia está com uma teia de